

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SANDRA MARIA SIRINO KIATCOSKI**

**POBREZA E VIOÊNCIA ESCOLAR: SUAS INTERRELAÇÕES EM ESTUDO DE  
CASO NA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO JANGADA DA TABORDA.**

**CURITIBA**

**2016**

**SANDRA MARIA SIRINO KIATCOSKI**

**POBREZA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: SUAS INTERRELAÇÕES EM ESTUDO DE  
CASO NA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO JANGADA DA TABORDA.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.Me. Jocilene Gordiano  
Lima Tomaz Pereira

**CURITIBA**

**2016**

## **POBREZA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: SUAS INTERRELAÇÕES EM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO JANGADA DA TABORDA.**

**SANDRA MARIA SIRINO KIATCOSKI**

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão acerca da pobreza e violência escolar, realizando um estudo de caso na Escola Estadual do Campo Jangada da Taborda. Proponho analisar as inter-relações da pobreza e da violência escolar que a partir da desigualdade se relacionam tanto nos aspectos sociais, pedagógicos e pessoais do sujeito que se encontra em situação de pobreza na Escola Estadual do Campo Jangada da Taborda, localizada no município de Cascavel – PR. Buscando, nesse contexto, analisar se o Projeto Político Pedagógico (PPP) dessa escola e se atende os desafios postos pela realidade e as orientações e normas vigentes sobre a temática contidas no ECA. Dessa forma os objetivos específicos deste artigo, são: apresentar sucintamente o histórico da escola da qual o estudo de caso ocorre, proporcionar uma reflexão acerca das causas da pobreza e a forma como elas impulsionam a violência no Âmbito escolar, ademais realizar uma breve análise sobre o programa Bolsa família, e famílias acolhedoras, pontuando sua relação com a postura dos alunos, bem como pontuar a forma como o Projeto Político Pedagógico da Escola tem contemplado tais questões. Considerando que apesar de toda essa problemática o PPP da escola traz em sua redação apenas uma menção acerca da pobreza de forma bastante sucinta não contemplando as dificuldades que a escola enfrenta devido a essa condição, no entanto os professores apresentam consciência a respeito do assunto e buscam implementar propostas e medidas de combate a essa problemática. Com o registro de casos de famílias da comunidade que atuam enquanto famílias acolhedoras, observou-se que o ingresso dessas crianças na escola contribuiu para o acréscimo de incidentes violentos, sendo necessário ressaltar que essas crianças se encontram nessa condição em razão de vivenciarem uma realidade familiar desestruturada e muitas vezes se expressando através da violência por não saberem como externalizar o sofrimento. Necessitando do olhar direcionado a escola, seus sujeitos, suas complexidades e rotinas, fazer as indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu entorno e sua organização interna, buscando novas possibilidades sobre currículo.

**Palavras-chave:** Pobreza. Violência Escolar. Educação do Campo.

## 1 INTRODUÇÃO

A ocorrência de violência nas escolas é um acontecimento antigo, no entanto, a importância para o fato é que foi dada como certa tardia. Sposito (2001) pontua que no princípio da década de 80, foram realizadas as primeiras investigações e pesquisas acerca da violência no contexto escolar, distintos autores como Zaluar (1999) e Peralva (1997), apontam a relação estreita do desenvolvimento pertinente a redemocratização com o assim digamos “surgimento” da violência nos parâmetros de discussões e debates públicos a respeito de atitudes que influenciam a qualidade de vida dos segmentos considerados menos beneficiados, nesse contexto a ausência de segurança nos corredores escolares se perfaz em uma medida que precisa urgentemente ser atendida, mas que no entanto, até hoje não tem sido contemplada.

A concentração da população humana cada vez maior nas cidades, sem o devido planejamento, atrelado a ganância motivada pelo anseio do consumo exacerbado e por um sistema econômico que muito mais exclui as pessoas do que as insere, facilita para a expressão da violência, vive-se em uma sociedade em que os indivíduos valorizam muito o “ter”, nem que isso seja conseguido por meios ilícitos, os valores se encontram em decadência é preciso pensar com bastante urgência em medidas de enfrentamento a essa situação.

Entende-se que a pobreza extrema marca a vida das pessoas, não somente do ponto de vista material, mas também sua interioridade, afetando a sua autonomia moral e intelectual e a sua escolarização, visto que ainda é uma realidade no Brasil o fato de que muitas crianças são obrigadas deixar a escola para trabalhar e ajudar financeiramente suas famílias.

Dados de pesquisas comprovam que a falta de instrução perpetua a pobreza, sendo possível mencionar alguns teóricos como Almeida e Lopes (2011), Wilkinson; Pickett (2010), Freitas (2009), pois sem instrução e qualificação a possibilidade de se entrar mercado de trabalho é muito reduzida, e sair dessa condição de desigualdade social quase inacessível.

A condição econômica paupérrima é um dos fatores motivadores para uma consequente exclusão social e também política, considerando que os segmentos de

classe econômica baixa, intitulados pobres, acabam sendo privados de subsídios elementares para sua sobrevivência, fazendo com que estes indivíduos sejam afetados em seu rendimento escolar e na construção de sua cidadania, fator este que reflete na marginalização, dado que essa população não possui voz ativa e sequer sabe como proceder na luta para que seus direitos sejam assegurados.

Esses fatores, citados acima, contribuem para o aumento da violência. A escola não ficou de fora desse fenômeno. Dessa forma, justifica-se esse artigo que reflete sobre a problemática: a pobreza e violência na escola do campo.

A escolha por essa temática ocorreu em virtude de se tratar de um assunto bastante polêmico e muito presente nos ambientes escolares se fazendo necessário, refletir e sugerir alternativas e medidas que possam combater esse fenômeno, no caso específico da educação do campo.

Na educação do campo, observa-se uma maximização desses fatores, dado que há algum tempo o campo não tem sido valorizado e respeitado em suas especificidades, e as políticas públicas sociais e educacionais direcionadas esse público não o atendem adequadamente e tampouco evidencia-se estudos e pesquisas de cunho acadêmico e científicos que possam contribuir efetivamente para transformação desse quadro de descaso e ausência de comprometimento, todas essas questões são tratadas por diversos teóricos como Arroyo (2004, 2010), Munarim (2011), Molina (2006), dentre outros.

Vale ressaltar que, as famílias das crianças e dos adolescentes, o Projeto Político Pedagógico, os professores e funcionários da escola, sem assessoria e formação necessárias para atender e trabalhar com essas questões, contribuem, muitas vezes, para a continuidade deste ambiente marginalizado.

Diante de tais questões que serão consideradas e tendo em vista o contexto da Escola Estadual do Campo Jangada Taborda que tem apresentado casos de violência escolar que se encontram atreladas direta ou indiretamente a pobreza e falta de estrutura familiar, se faz demasiadamente necessário investigar a proporção em que as condições insuficientes (estrutura escolar imprópria, transporte inadequado, falta de capacitação de professores, dentre outros), da educação pública tem comprometido a efetivação da cidadania dos educandos que advém de segmentos da sociedade já marginalizados em virtude de sua condição social de pobreza e como essa circunstância tem nas mais distintas ocasiões motivando ainda mais a violência.

Parte-se da hipótese de que dentre a multiplicidade de fatores que envolvem a dificuldade da escola pública em oferecer uma educação de qualidade para todos os segmentos da população brasileira, a precária condição da aprendizagem na escola pública de Ensino Fundamental, as condições de trabalho dos professores e o modo como lidam com a aprendizagem (própria e do educando) contribuem de modo singular para o comprometimento da cidadania dos alunos e para o aprofundamento da situação da pobreza e da violência.

O primeiro capítulo irá tratar da contextualização da pobreza, e da violência na escola do campo, elucidando as definições desses conceitos, bem como pontuando as especificidades da educação do campo.

No segundo capítulo será realizado algumas considerações acerca do programa bolsa família e também família acolhedora, apontando a relação que as crianças atendidas por esse programa tem com a escola e sua maior incidência em ocorrências de violência.

O terceiro capítulo contemplará o estudo de caso da escola estadual do Campo Jangada Taborda, procurando levantar os dados que estão sendo estudados na pesquisa, no intento de agregar ainda mais conhecimento a produção textual, trazendo um breve histórico da escola e como essa questão da violência tem sido abordada nesse âmbito escolar analisando possíveis mudanças no Projeto Político Pedagógico que contemplem e busquem o enfrentamento dessa problemática.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A escola, enquanto um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência.

No entanto, os comportamentos violentos na escola têm uma intencionalidade lesiva. Podem ser exógenos, ou seja, determinados de fora para dentro, como acontece nos bairros degradados invadidos pela miséria e pela toxicodependência, onde agentes estranhos ao meio o invadem e destroem; pode tratar-se de violência contra a escola, em que alunos problema assumem um verdadeiro desafio à ordem e à hierarquia escolares, destruindo material e impondo um clima de desrespeito permanente; ou são simplesmente comportamentos violentos na escola, que ocorrem, sobretudo quando esta não organiza ambientes suficientemente tranquilos

para a construção de valores característicos a este local, é fundamental refletir acerca de medidas e ações que minimizem a incidência de violência.

A violência, pode ser desencadeada fruto de muitas situações de indisciplina que não foram resolvidas e que constituem a origem de um comportamento mais agressivo.

Contudo, é imprescindível identificar e relacionar a origem e natureza da violência no âmbito escolar, quais são suas causas, pretextos e motivos, o que se pode impetrar no intuito de evitar as ocorrências e como enfrentá-la, apesar de se tratar de uma tarefa árdua é essencial que aconteça esse comprometimento.

Krug (2002) traz a seguinte contribuição acerca da definição de violência:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Assim, observa-se que a violência tem um significado mais amplo e suas consequências vão muito além dos aspectos físicos, resultam também em implicações psicológicas e danos que muitas vezes podem ser irreversíveis, ocasionado impactos que serão lembrados eternamente.

As violências nas escolas representam um estado e não uma característica de uma ou outra escola ou de um sistema escolar, (isso) significa assumir que essa condição muda com os processos pelos quais cada estabelecimento passa em especial mudanças na administração e na relação dos alunos com diretores e professores da escola (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 321).

Calil (1987) aponta para a ausência da estrutura adequada e sua reorganização muitas vezes falha no âmago das famílias acolhedoras que resulta em um extravasamento desse comportamento reprimido em casos de violência no ambiente escolar, o autor Moreira (2011), coloca a questão das crianças não se adaptarem e sentirem-se abandonadas por sua família de origem e não conseguindo compreender e conseqüentemente lidar com esse momento, tornam-se agressivas.

As causas da violência são associadas, em parte, a problemas sociais como miséria, fome, desemprego. Mas nem todos os tipos de criminalidade derivam das condições econômicas. Além disso, um Estado ineficiente e sem programas de políticas públicas de segurança, contribui para aumentar

a sensação de injustiça e impunidade, que é, talvez, a principal causa da violência (CAMARGO, 2010, p.1).

Com o registro de casos de famílias da comunidade que atuam enquanto famílias acolhedoras, observou-se que o ingresso dessas crianças na escola contribuiu para o acréscimo de incidentes violentos, sendo necessário ressaltar que essas crianças se encontram nessa condição em razão de vivenciarem uma realidade familiar desestruturada e muitas vezes se expressando através da violência por não saberem como externalizar o sofrimento.

A pobreza extrema identifica-se como um fator de risco capaz de reduzir a possibilidade de a criança ser resiliente, pois acarreta diversos outros fatores como cuidados inadequados com a saúde, alimentação comprometida, desemprego dos pais, dificuldades na escola, que poderão expor a criança de tal forma que esta irá sucumbir às adversidades (SILVA; ELSSEN; LACHARITÉ, 2003).

É preciso ressaltar que o ambiente de pobreza, que causa a privação de diversas condições elementares para o ser humano, pode ocasionar em atos de violência, numa tentativa de exprimir o sofrimento vivenciado e extrapolar seus sentimentos, ainda que de forma bastante desordenada.

O estudioso Sen (2001), faz a seguinte assertiva a respeito do conceito de pobreza:

[...] abordagem dominante de identificação de pobreza especifica uma 'linha de pobreza' divisória, definida como o nível de renda abaixo do qual as pessoas são diagnosticadas como pobres. [...] A medição da pobreza pode ser vista como consistindo em dois exercícios, porém inter-relacionados: (1) a identificação dos pobres, e (2) a agregação dos parâmetros estatísticos com respeito aos identificados como pobres para derivar um índice global de pobreza (SEN, 2001, p. 165).

Neste contexto é muito importante ressaltar que os alunos não são aqueles descritos nos livros, "o aluno ideal", e sim são alunos reais. Na sua maioria, são alunos privados de uma estrutura básica para a sobrevivência: habitação, lazer, trabalho, saúde, e principalmente relações afetivas e sinceras. Oriundos de uma classe social menos favorecida eles não têm grandes projetos de vida, mas percebem que a partir de uma formação educacional mais ampla têm, pelo menos, possibilidade de buscar e conquistar melhores condições e dessa forma terem a oportunidade de reverter a condição da qual estão inseridos.



A pobreza extrema faz com que o grupo familiar se mobilize, todos em prol da sobrevivência. Nestes casos o trabalho não envolve só as crianças e adolescentes, mas todos os membros da família que possam contribuir de alguma forma, uma vez que o salário dos adultos, chefes de família, é insuficiente para prover o sustento de todos (GOMES, 1998, p.34).

Segundo Gomes (1998), a desigualdade social se constitui em dos principais elementos que direcionam e motivam um jovem a empreender ações violentas e agir de forma agressiva na intenção que assim seja ouvido e tenha seus anseios supridos.

A condição de pobreza e carência irrestrita de qualidades elementares de sobrevivência possui uma tendência natural a enrudecer as pessoas, dessa forma, a pobreza pode ser considerada como uma causadora de personalidades disruptivas.

A partir desse ... de estar numa posição secundária na sociedade e de possuir menos possibilidades de trabalho, estudo e consumo, porque além de serem pobres se sentem maltratados, vistos como diferentes e inferiores. Por essa razão, as percepções que têm sobre os jovens endinheirados são muito violentas e repletas de ódio... (ABRAMOVAY et al, 1999, p. 56).

Diante da constatação de Abramovay et al (1999), percebe-se que a violência é empregada como se fosse uma maneira de impor uma punição à sociedade que não lhe oferece oportunidades.

Concomitante a essas dificuldades que acabam repercutindo na vida escolar dos alunos que se encontram inseridos em um contexto de pobreza onde a violência tem se constituído basicamente em uma forma de se expressar, essas condições se agravam quando somadas ao âmbito posto na Educação do Campo que possui uma realidade peculiar, resultante de lutas que buscam legitimar sua identidade.

A Educação do Campo, como prática social ainda em processo de constituição histórica, tem algumas características que podem ser destacadas para identificar, em síntese, sua novidade ou a “consciência de mudança” que seu nome expressa: • Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido (CALDART, 2012, p. 262).

Nesse panorama, percebe-se que o desafio da Educação do Campo em “lidar” com os casos de violência se agravam quando pontuados os obstáculos que

estão postos devido a sua especificidade do campo, ou seja ocorre uma somatória de dificuldades que merece uma reflexão aprofundada.

## **PROGRAMAS SOCIAIS E VIOLÊNCIA ESCOLAR**

Para desenvolver este capítulo e melhor exemplificar a temática proposta será utilizado estudos que abordam a relação intrínseca entre pobreza e violência e a implicação desta relação no contexto escolar, especialmente, de autoria de Adelaide Dias (2007) e de Miguel Gonzales Arroyo (2010).

Nesse sentido também faz parte do escopo teórico análises sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de programas sociais, por exemplo, Programa Família Acolhedora e Bolsa Família, como também, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual do Campo Jangada da Taborda.

Ao realizar pesquisas no intento de melhor trazer o significado do termo violência e atribuir a ela o devido sentido, encontra-se nos dicionários de língua portuguesa a seguinte definição: “qualidade ou estado do que é violento; força empregada contra o direito natural de outrem; ação que se faz com o uso da força bruta; crueldade; força; tirania; coação” (AZEVEDO, 2004, p. 03).

O termo violência é originado do latim: violentia que significa violência, caráter bravo. Segundo Michaud (1989, apud CARREIRA, 1996, p.02), assegura que “a força se torna violenta quando passa da medida ou perturba uma ordem”.

Azevedo (2004), pontua que a violência se desponha por intermédio da opressão, do despotismo e da violação da força. Acontece através da coação praticada sobre algum indivíduo forçando-o a executar ou deixar de cometer uma ação qualquer.

Existem diferentes e distintas formas de violência, a exemplo disso pode-se mencionar as guerras, conflitos e subversões que acontecem por motivos étnicos, religiosos e banditismo, dentre outras razões supérfluas que podem desencadear uma atitude agressiva.

Ademais pode-se ressaltar a contribuição de Camargo (2010, p.01) acerca das causas da violência:

As causas da violência são associadas, em parte, a problemas sociais como miséria, fome, desemprego. Mas nem todos os tipos de criminalidade derivam das condições econômicas. Além disso, um Estado ineficiente e sem programas de políticas públicas de segurança, contribui para aumentar a sensação de injustiça e impunidade, que é, talvez, a principal causa da violência.

Ao se buscar levantar dados, informações e conhecimento acerca da história da humanidade ao longo do tempo, é possível averiguar que a violência é um fenômeno que sempre fez parte do cotidiano, desde os tempos mais remotos. Os homens que viveram no período pertinente a pré-história, tinham o hábito de se expressar de forma agressiva e violenta, pois somente assim tinham a garantia de sobrevivência. Na contemporaneidade essas manifestações não se perfazem nas únicas formas existentes para sobrevivência, ou competição para poder.

Atualmente o que se presencia em diversas circunstâncias é uma agressividade e atitudes violentas que se constituem sutilmente e muitas delas já são até mesmo consideradas normais, passando despercebidas e nem ao menos são relacionadas, por já fazer parte do cotidiano.

De acordo com Dias (2007), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), a instituição escolar, na esfera característica e peculiar de seu desempenho e atuação, pode colaborar para a concretização de ações e medidas de caráter educativo que tenham como finalidade promover, instigar, e perpetrar a cultura dos direitos humanos através do exercício significativo de práticas educativas com o objetivo principal de instituir e avigorar a expressão máxima dos direitos humanos no cenário escolar, contribuindo expressivamente em prol da edificação de uma rede de apoio e subsidio no sentido de enfrentamento de todas as formas de discriminação e violação dos direitos.

Com a finalidade primordial de condenar e eximir atitudes, posturas e comportamentos hostis e intransigentes de preconceito e discriminação contra fragmentos da sociedade e/ou indivíduos vulneráveis ou que se encontrem em circunstância que apresente risco pessoal e social, a instituição escolar pode integrar em sua grade curricular, temáticas que debatam e proporcionem uma discussão saudável em relação a diversidade sociocultural em todos os seus aspectos tanto relativas a raça ou etnia, gênero, orientação sexual, religião, pessoas com deficiência dentre outras perspectivas que podem ser abordadas, trazendo

conhecimento e desmistificando essa postura enrustida ao longo do tempo, minimizando assim as chances de violência.

Ainda nesse cenário direcionado a promoção do respeito e valorização das diferenças, a escola pode abraçar e implementar projetos e programas educacionais e culturais, com o devido auxílio e apoio das redes de assistência e de proteção social, almejando com essas atitudes à ascensão de uma cultura de paz e de prevenção e enfrentamento das diversas formas de violência, em todos seus aspectos.

Para Arroyo (2010), torna-se urgente retomar a centralidade da relação entre educação e sociedade que tanto fecundou o pensamento socioeducativo, as políticas e suas análises.

Muitas vezes em nome de uma qualidade, estes desiguais ficam subjugados em segundo plano, pois são vistos como inferiores, incapazes, preguiçosos e que não possuem interesse de mudar a sua condição social, comprometendo assim a qualidade tão almejada pelo Estado, pois os mecanismos internacionais exigem, nesse sentido encontram por meio de atitudes agressivas e violentas sejam elas físicas ou não uma forma de expressar suas insatisfações, demonstrando que seus anseios estão aquém do que o indivíduo esperava.

A democratização escolar é um fato, pois novo grupo social tem acesso a esse ambiente, mas pode-se afirmar o mesmo em relação aos tipos de conhecimentos propagados por essa “nova escola”? O que se observa é que essa democratização está atrelada a ideia de massificação educacional, não proporcionando um espaço de discussão epistemológica com aceitação dos novos saberes pertinentes ao universo dos desiguais, promovendo dessa forma uma cultura que apregoa a paz que respeita o próximo e suas escolhas, valorizando a diversidade.

Os desiguais precisam ser vistos a partir de suas especificidades, Arroyo (2010) salienta que ignorar os coletivos vítimas das desigualdades e vê-los apenas como destinatários das políticas termina empobrecendo a visão do Estado e as análises de suas políticas e instituições.

Os desiguais não podem ser vistos e compreendidos tão somente enquanto indivíduos que simplesmente possuem necessidade de assistência do Estado.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a adequar a legislação aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que

aconteceu em novembro de 1989 e foi ratificada pelo país em setembro de 1990. Antes disso, em julho do mesmo ano, nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instaurado pela Lei 8.069/1990.

No contexto do Programa Família Acolhedora, o Serviço de Acolhimento Familiar (SAF) deve ter como objetivos, o cuidado individualizado da criança ou do adolescente, proporcionado pelo acolhimento em ambiente familiar; a preservação do vínculo e do contato da criança e do adolescente com a sua família de origem; o fortalecimento dos vínculos comunitários da criança e do adolescente; a preservação da história da criança ou do adolescente, inclusive, pela “família acolhedora” e preparação da criança e do adolescente para o desligamento e retorno à família de origem, bem como desta última para o mesmo.

De acordo com a Lei Municipal nº4466/2006.Revogada pela Lei nº6286/201.Art. 17 as famílias cadastradas no Programa Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por crianças em acolhimento, nos seguintes termos:

- Nos casos em que o acolhimento for inferior a 01(um) mês, a família, receberá subsídio financeiro proporcional aos dias em que a (s) criança (s) e/ou adolescente (s) permaneceu (ram) acolhido (s);
- No acolhimento superior a um mês, a família acolhedora receberá subsídio financeiro através de bolsa - auxílio mensal per capita na proporção de 72% (setenta e dois por cento) sobre o salário mínimo federal, para despesas com alimentação, vestuário, higiene pessoal, lazer e material de consumo. Outras necessidades eventuais serão de responsabilidade do Programa;
- §1º. O subsídio financeiro (bolsa - auxílio) será repassado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura ou depósito em conta corrente, com identificação do responsável (BRASIL, 2006).

Quando implantado com sucesso, o programa família acolhedora desempenha um papel importante na formação do acolhido, que consegue se sentir como integrante da família e assim essa afetividade reflete no âmbito escolar, reduzindo assim os índices de violência, por essa razão são empregados critérios bastante rigorosos nas escolhas das famílias com o objetivo de ser bem-sucedido.

O Acolhimento Familiar de crianças e adolescentes constitui-se numa prática bastante antiga, em diversos países e contextos foi um meio utilizado por membros da comunidade para cuidar quando a família, de alguma forma, não dava conta de seus filhos.

A família antiga tinha por missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana. Ela não tinha função afetiva. A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização das crianças, não eram asseguradas nem controladas pela família (ARIES, 1981, p.56).

Através da afirmação de Aries (1981), percebe-se que não havia antigamente essa concepção clara da fase infantil que inspira cuidados diferenciados, o autor pontua que os filhos eram mantidos em casa até uma determinada idade, estima-se que aproximadamente nove anos, e após esse período as crianças passavam a exercer serviços pesados em outras casas.

A Família Acolhedora será uma grande aliada e irá possibilitar uma convivência agradável e afetiva da criança e do adolescente em um âmbito familiar, recebendo cuidados elementares e essenciais para o seu desenvolvimento integral e impedindo o acolhimento de caráter Institucional, e minimizando os reflexos negativos.

Viabilizando também uma importante atribuição, caso todas as possibilidades do regresso à família de origem sejam fatigadas e sendo alocadas em uma família substituta.

Tais medidas e ações objetivam originar e assegurar seus vínculos familiares e comunitários, ajustando-se ao que é recomendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e pela Convenção acerca dos Direitos da Criança (Organização das Nações Unidas, ONU, 1989).

De acordo com Moreira (2011, p. 180), diante de tais informações e considerações acerca do programa é possível afirmar que o mesmo possui mais pontos favoráveis do que contrários e pode colaborar efetivamente para diminuição da violência escolar, no sentido de que uma criança que esteja inserida em um contexto familiar afável reflete isso nos demais setores que atua.

Neste cenário é essencial mencionar o programa Bolsa Família enquanto um programa de política social que tem uma contribuição bastante importante e efetiva no que diz respeito a diminuição da pobreza e consequentemente da violência escolar.

O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória no 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do governo federal. Constitui-se num programa estratégico no âmbito do Fome Zero – uma proposta de

política de segurança alimentar, orientando-se pelos seguintes objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL. MDS, 2006)

O Bolsa Família pode ser compreendido como uma medida que busca enfrentar a problemática da pobreza em duas distintas ocasiões. Em se falando de resultado a curto prazo, o programa ambiciona proporcionar auxílio aos problemas contíguos e urgentes da pobreza, como exemplo a fome e a consequente desestruturação do contexto familiar.

Em sentido de longo prazo, o Bolsa Família tem como finalidade realizar o combate à transferência da pobreza, motivando o avanço da condição educacional e da saúde de seus beneficiários através das condicionalidades, originando assim melhores oportunidades de qualificação e consequente inserção futura no mercado de trabalho.

O programa Bolsa Família tem como finalidade de acordo com Weissheimer (2006, p. 39): [...] promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, desenvolver ou mesmo criar uma dignidade capaz de levar que possa ser chamado de cidadania. Esse é o caminho para a saída do Bolsa Família.

Os estudos acima pontuados serão fundamentais como âncora teórica para as análises da interface entre a pobreza e violência existentes no contexto da Escola Estadual do Campo Jangada da Taborda bem como do Projeto Político Pedagógico desta escola, no sentido de buscar a compreensão sobre o fato deste estar abarcando questões sociais que geram pobreza e por consequência a violência, que acabam extrapolando os muros escolares.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

O propósito da realização deste estudo, em linhas gerais, consistiu em compreender melhor os fatores que motivam a pobreza e a violência da Escola do Campo Jangada da Taborda, apontando possíveis iniciativas que possam reverter esse panorama, para melhor exemplificar essas inter-relações que ocorrem entre

pobreza e violência escolar também foi aplicado questionário no intuito de relacionar de forma efetiva a posição dos docentes frente a essa problemática

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Para iniciar com os procedimentos que envolvem a metodologia da produção textual, se fez necessário realizar a pesquisa, levantando as perguntas, problemas e hipóteses que nortearam a questão que foi abordada, partindo desse passo, foi realizada a coleta de dados e informações que forneceram respaldo científico a produção.

Com relação a natureza da pesquisa, caracterizou-se de forma qualitativa, Minayo (2001), traz a seguinte afirmativa acerca do caráter qualitativo da pesquisa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.6).

No que está relacionado aos objetivos a pesquisa é de caráter explicativo, buscando explicar e explicitar os objetivos propostos, pontuando os propósitos e trazendo elucidações acerca da temática proposta.

Sob a ótica que abrange os procedimentos técnicos foi empregada a pesquisa bibliográfica fundamentada e desenvolvida a partir de material que já foi divulgado bem como obras bibliográficas, artigos, internet e demais fontes que possam contribuir para a produção.

### **3.1 CAMPO DE ESTUDO**

Através de site oficial da escola mencionada e por meio de estudos e análises de documentos que compõem o histórico escolar da instituição tais como o Projeto Político Pedagógico, segue alguns elementos essenciais que são parte integrante da trajetória da escola.



A Escola Estadual Jangada da Taborda – Ensino Fundamental - está localizada na Linha Jangada Taborda, distante 32 km do centro do Município de Cascavel, pertencente à zona rural, sendo que até o estabelecimento escolar são 15 km pavimentados (asfalto) e 17 km de terra (cascalho).

Em 1970 foi criada a Escola Municipal Thomaz Antonio Gonzaga e o decreto nº 3.343/82 de 16 de agosto de 1982 confirmava esta realidade. Esta escola atendia alunos de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Inicialmente a permanência dos professores foi muito difícil.

Entre outros tantos motivos, estavam a questão da distância, dos meios de transportes, e a falta de espaço físico adequado para a grande quantidade de alunos.

Em 1986 inicia-se a luta para implantação do 1º grau completo, com o intuito de garantir aos alunos que concluíam a 4ª série continuidade em seus estudos até a 8ª série no mesmo local, devido à distância existente até a sede do Município (aproximadamente 32 km).

Foram quatro anos de lutas incansáveis e em 08 de fevereiro de 1990 o objetivo almejado é conquistado, sendo assim implantada a continuação gradativa das últimas quatro séries do 1º grau, funcionando em seu primeiro ano como extensão da Escola Estadual de Rio do Salto.

Em 08 de fevereiro de 1991 a Resolução nº 493/91 autoriza o funcionamento da Escola Estadual Jangada da Taborda. O prédio foi cedido pela Prefeitura Municipal de Cascavel, através do regime de comodato.

Desde sua implantação em 1991 até o ano de 1993 foi dirigida pelo Sr. Valdecir Antônio Nath. De 1994 até 1998 pela diretora, a Sra. Irma Maria Murara, que por problemas de saúde teve que se ausentar de suas atividades.

Através de sua indicação e reunião documentada (ATA) com a comunidade foi nomeada a Sra. Maria Aparecida Júlio no período de fevereiro de 1.999, sendo que esta também teve que deixar o cargo nomeando, com permissão do NRE, a senhora Denise Aparecida Filimberti Froza, que assumiu sua função no cargo de diretora em janeiro de 2001 até fevereiro de 2003 onde deixou o cargo para assumir um concurso Público do Município. A eleição de forma direta ocorreu na data de 07 de abril do ano de 2006.

### **3.2 OS SUJEITOS**

No intuito de melhor evidenciar a forma como ocorrem as inter-relações entre a pobreza e a violência no âmbito escolar e realizar as devidas compreensões obtidas através da pesquisa bibliográfica, possuindo assim embasamento para comparativos, foram aplicados questionários na escola estadual do campo Jangada Taborda, na qual, 5 profissionais da equipe docentes, todas do gênero feminino, com idade entre 33 e 52 anos, se dispuseram em relatar suas opiniões, as questões foram pautadas na análise individual de cada um acerca da relação entre pobreza e violência no aprendizado do aluno, possibilidades de trabalho com o tema pobreza em sala de aula, situações de violência já vivenciadas e a questão das relações interpessoais com a pobreza e a violência.

Quando questionadas acerca da vivência de situações violentas todas as educadoras responderam afirmativamente, relacionando bullying, agressões físicas, vandalismo ao patrimônio escolar, porte de armas brancas, corroborando com as pesquisas levantadas e informações que a violência se encontra presentes no âmbito escolar de forma bastante veemente.

De forma unânime os educadores que preencheram ao questionário concordam a relação existente entre a pobreza e a violência escolar, no entanto possuem compreensão de que a pobreza não se perfaz no fator determinante único, contudo é bastante influente, como pode ser expressa através da transcrição da resposta da aqui intitulada docente 1:

A pobreza e a violência em alguns casos caminham juntos. A pobreza interfere no aprendizado porque o aluno que não é bem alimentado não aprende e muitas vezes chegam até mesmo a desmaiar de fome. A violência reflete o convívio dos alunos seu habitat o aluno põe em prática o que é ensinado em casa então o mesmo não se concentra, está sempre em busca de briga (DOCENTE 1, 2016).

Percebe-se na fala da educadora, o quanto a desigualdade social é prejudicial e faz com que os alunos acabem se tornando violentos, quando nem mesmo suas necessidades básicas de sobrevivência são supridas, trata-se de uma realidade muito cruel que demanda empenho por parte de todos os envolvidos em prol da sua superação.

Uma educadora realizou uma inferência ao asseverar que a condição socioeconômica baixa dos alunos que desde a mais tenra idade, iniciam seus

afazeres, ajudando seus pais no trabalho com a terra que exige um esforço físico considerável, e como não possuem maturidade para lidar com essa situação, muitas vezes extravasam sua insatisfação por meio de atitudes violentas irrefletidas.

Outra educadora intitulada docente 2 realiza o seguinte apontamento:

O aluno tem condições de aprender, porém alguns não tem ambiente familiar favorável pois são agredidos fisicamente e moralmente e isso reflete no aprendizado na escola (DOCENTE 2, 2016).

Nessa afirmação constata-se que os educadores reconhecem o potencial que seus alunos têm, e não medem esforços para desenvolvê-lo, no entanto também sabem da realidade difícil que os permeia e que se perfaz em um obstáculo.

Complementando na resposta o denominado docente 3 faz a seguinte asseveração:

Alguns alunos parecem rotulados pela questão das desigualdades, cabe ao professor elogiar, auxiliar o aluno individualmente, qualificando-o demonstrando que ele é capaz assim como os outros (DOCENTE 3, 2016).

Nesse cenário é perceptível que os educadores se encontram comprometidos com o processo de ensino e aprendizagem e não somente pois demonstram também uma preocupação com a afetividade e com o ser humano em todos os seus aspectos, preocupados com o desenvolvimento de um cidadão crítico e que possa atuar na sociedade, ademais percebem nessa realidade a oportunidade para trabalhar com mais afinco as questões que estão nas entrelinhas das desigualdades sociais, construindo no aluno suas primeiras percepções políticas.

Ao analisar as respostas obtidas por meio dos questionários fica evidente o anseio que os educadores possuem em oferecer conhecimento, demonstrar uma outra realidade, apontar caminhos que possam resultar em possibilidades diferenciadas das vivenciadas por seus alunos, trabalhando e atrelando as suas práticas e conteúdos, valores e respeito a diferença seja ela em qual esfera se apresentar.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

A partir da pesquisa bibliográfica realizada para efetivação dessa produção textual foi possível compreender que a Pobreza e a Violência escolar possuem uma

relação bastante deturpada onde em diversas circunstâncias a pobreza em virtude de suas dificuldades, onde o sujeito acaba se privando de suas condições elementares e não tem consciência de como se posicionar perante essa desigualdade, essa circunstância financeira paupérrima se coloca como um elemento determinante para a violência ocorrida no âmbito escolar e se trata de uma problemática que tem abrangido o contexto da Educação em todas as suas modalidades, e não se trata de um fenômeno recente, mas sim de uma ocorrência que já existe há um tempo considerável.

Os estudos e pesquisas acerca dessa relação tão íntima, direta e preocupante são extremamente imperiosas e carregam consigo informações e elementos imprescindíveis para que se possa refletir acerca de medidas e atitudes que promovam a reversão dessa conjuntura.

Mediante análise documental realizada acerca do P.P.P, foi possível constatar que há apenas uma menção a respeito do termo pobreza e que não é suficientemente respaldada de acordo com o contexto da instituição tendo que ser melhor considerada para realmente retratar a realidade que permeia a escola, no entanto apesar dessa incoerência, a equipe docente encontra-se disposta e comprometida com seus alunos, buscando alternativas que possam minimizar esses reflexos causados pela pobreza que tem ocasionado circunstâncias de violência.

Constatou-se que é necessário que todas as instâncias envolvidas, comunidade em geral, equipe pedagógica e governantes reflitam em conjunto acerca das atitudes a serem desenvolvidas, enquanto isso percebe-se que ações isoladas são tomadas, contudo acabam não tendo um resultado expressivo em virtude da falta de apoio e engajamento de todos os envolvidos, percebeu-se que os programas de assistência social buscam promover uma melhora ainda que pequena na renda das famílias para que esse possa subsistir com mais qualidade, no entanto ainda é insuficiente, com relação as famílias acolhedoras que possuem o objetivo de acolher e propiciar um lar e uma convivência sadia, é uma alternativa viável que precisa ser aprofundada para surtir resultados mais satisfatórios.

Através das falas obtidas nos questionários aplicados foi possível constatar que a equipe docente, encontra-se devidamente preocupada e ansiosa por medidas que possam senão extinguir pois é sabido que se trata de um quadro complexo contudo minimizar essas atitudes agressivas, notou-se também um comprometimento e dedicação dos docentes em prol desses educandos que

buscam em sua prática escolar promover uma cultura de paz, sempre valorizando o indivíduo, estimulando-o a se tornar melhor a buscar oportunidades, apontando caminhos para sua evolução enquanto cidadão.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude dos fatos mencionados que foram levantados através de pesquisa bibliográfica e estudo de campo em escola situada em âmbito rural, se fez possível constatar que a pobreza tem se constituído em uma circunstância que contribui significativamente para os índices de violência escolar, que a relação que os permeia é bastante peculiar e exerce papel dominante.

Nesse sentido é sabido que é necessário que os governantes reflitam e pensem em medidas que possam reverter essa situação, dessa forma foram ponderados dois dos programas de caráter social que tem contribuído para a diminuição da pobreza e consequentemente da violência escolar que são o acolhimento em modalidade família acolhedora e também o programa Bolsa família apesar de tão difamado tem sim exercido uma atribuição benéfica para os indivíduos que se encontram em situação de pobreza.

Mais especificadamente no caso da escola analisada que se trata de uma escola localizada no campo, onde verifica-se índices ainda mais acentuados de pobreza, sem se aprofundar em outras questões relacionadas a problemas na educação do campo que podem contribuir para a violência na esfera escolar.

Pode-se constatar que o considerado recentemente pelo senso comum como violência nas escolas suplanta as observáveis agressões físicas entre educandos, mas pode sim contemplar demandas mais expressivas que ultrapassam os limites escolares, tais como: diferenças de camadas sociais nas escolas; unificação social de padrões estéticos; padronização do comportamento; revolta à instituição escolar; circunstâncias de ausência de compreensão da escola para com as necessidades e anseios dos alunos; advertências e variadas formas de violência simbólica, etc.

É imprescindível que os indivíduos que praticam atos violentos e sofrem com esses atos sejam ouvidos, com a finalidade de compreender o motivo de tais ocorrências, quando se escuta o que esses alunos tem a dizer se constrói um novo saber, se proporciona espaço e voz aqueles que se sentem reprimidos e excluídos da sociedade enquanto um todo, em todas as esferas inclusive escolar, nesse

sentido a escola deve se perfazer em um ambiente que possibilita a discussão, o debate, a argumentação em prol da elaboração de reflexões e ações que viabilizem aos indivíduos se perceberem como cidadãos.

Dado que a violência das palavras também explora, renega e aniquila o outro, ocasionando no indivíduo que se sente mais o fraco, um sentimento de constrangimento, receio e sujeição, extirpando a oportunidade de relação social que ocorre por meio da conversa, debate e discussão saudável e até mesmo através da subversão no cenário das ideias.

No ambiente escolar, encontram-se diversas demandas pertinentes a multiplicidade cultural, da pluralidade de culturas e da diferença. É fundamental que as diferenças sejam reconhecidas enquanto autênticas e que precisam ser refletidas uma para com a diversidade e para com a diferença.

Trata-se de uma problemática bastante abrangente, no entanto a equipe pedagógica precisa pensar dentro de suas limitações como pode contribuir para que tal situação se reverta, com práticas e metodologias que se façam interessantes aos alunos e lhe demonstrem uma oportunidade de crescimento pessoal e garantia de seus direitos enquanto cidadão.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Ed. Unesco, doações institucionais. Ed. Garamond, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; et al - **Gangues, galeras, chegados e rappers**. RJ, Ed. Garamond, 1999.

ALMEIDA, A. R.; LEONELO, João Carlos; LOPES, Janete Leige; PONTILI, R. M. **Inserção precoce no mercado de trabalho e sua influência sobre o estado de pobreza da mulher paranaense**. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - IX ENABER. (19 a 21 de outubro de 2011)

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. SP: LTC Editora AS. 1981

ARROYO, M.G. et al. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades**: à procura de novos significados. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

AZEVEDO, M. **A Infância e Violência Doméstica**, USP. Instituto de Psicologia Lacri. 200 p. 2004.

BRASIL, **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALIL, V.L.L. **Terapia familiar e de casal**. São Paulo: Summus, 1987.

DIAS, Adelaide A. Ferreira. Lúcia F. G. FEITOSA. Maria L. P. A. M., & ZENAIDE, Maria N. T. (Orgs.), **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: UFPB. 2007.

FREITAS, Lorena. **A instituição do fracasso: a educação da ralé**. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: EDUEMG, 2009.

GOMES, Jerusa Vieira. **Vida Familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14-15, p. 45-61, ago. 1998.

KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

MICHAUD, Yv. **A violência**. Coleção Princípios e Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1989

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, Mônica (Org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, NEAD, 2006.

MOREIRA, M. et al. **A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos**. Psicol. Rev., v.17, p.180-183, 2011

MUNARIM, A. **Educação do campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas**. In: MUNARIM, A. et al. **Educação do campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 21-38.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia, o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Mara Regina Santos; ELSSEN, Ingrid; LACHARITÉ, Carl. **Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área**. Paidéia, Ribeirão Preto, v.13, n.26, p.147-156, dez.2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antonio Gilli & DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos** – versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SPOSITO, M. P. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. Revista Educação e Pesquisa, vol.27, no.1, p.87-103. Junho 2001.

VIEIRA, Christiano Jeferson. **As múltiplas faces da violência**. SEESP/UNESP: São Paulo, 2005.

ZALUAR, Alba, LEAL, M.C., **Violência Extra e Intramuros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 45, vol. 16, p. 145 –164, fevereiro 1999.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. **The spirit level: why equality is better for everyone**. London (UK): Penguin, 2010.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2006.



## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO POBREZA E VIOLÊNCIA ESCOLAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

POBREZA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: SUAS INTERRELAÇÕES EM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO JANGADA DA TABORDA.

PESQUISADORA: SANDRA MARIA SIRINO KIATCOSKI

PROFESSORA ORIENTADORA: Ms. JOCILENE GORDIANO LIMA TOMAZ PEREIRA.

1-Como você analisa a relação: - Pobreza e Violência no aprendizado do aluno?  
Exemplifique sua resposta:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2-Como você trabalha pedagogicamente o tema Pobreza em sua sala de aula? Há implicações na aprendizagem do aluno?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

3-Em seu cotidiano de sala de aula você vivência situações de Violência? Justifique sua resposta:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

4- Analise as relações interpessoais no seu ambiente escolar, relacionando- as com as questões:

a) Pobreza

[illegible]

b) Violência

[illegible]